

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026

Excelentíssimo Professor

Doutor DIOGO LEONARDO MACHADO DE MELO

DD. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO-IASP.

ÍNCLITO PRESIDENTE

Sobremodo honrado com o convite, peço licença para, de forma expressa, manifestar meu **integral apoio** ao **ANTEPROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** que eleva a **TRANSPARÊNCIA** ao grau de **PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL**, às finalidades de integrá-la àqueles já expressos no artigo 37 da Lei Básica Federal os quais, com a **natureza jurídica de Imperativo Autorizante**, estabelecem deva a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecê-los, de modo incondicional.

Consequentemente, Senhor Presidente, peço licença para dizer que, de igual modo, **expresso plena adesão** – fazendo-o com enorme honra - à oportuna campanha “**PELOS PRINCÍPIOS DA REPÚBLICA**” de iniciativa do respeitabilíssimo INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – IASP- em mais uma de suas marcantes atuações cívicas que, ao longo de seus 152 anos, desenvolve como paladino reconhecido e admirado, sempre em defesa do ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO em prol do aperfeiçoamento das Instituições que integram o Ordenamento Jurídico Nacional.

Na linha dos substanciosos estudos doutrinários da lavra de renomados juristas que dignificam o IASP, permito-me dizer-lhe, à luz das substanciosas lições ministradas **que**, de igual modo, **entendo que são, em sua essência - distintos e inconfundíveis – os princípios da Publicidade e da Transparência, embora complementares entre si; aquele como requisito de eficácia do ato, a exigir sua ampla divulgação e, este, a significar clareza de seu conteúdo, que há de ser- e sempre - luzidio, límpido, em oposição frontal à opacidade que conduz à dúvida e**

José Manssur
Advogado

à indesejável insegurança jurídica, constituindo-se, ambos, em perfeita simbiose, em pilares sólidos e de observância incondicional dos valores éticos que devem reger a conduta dos Órgãos que compõem todos os entes que fazem parte do assim denominado Pacto Federativo Nacional.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa
Senhoria protestos de respeito e consideração, subscrevendo-me,

Atenciosamente

José Manssur-OAB-SP 28443

Advogado Militante.